



## **Pós-graduação "strito sensu" e "lato sensu": por que, para quem, para o que<sup>12</sup>**

Sergio Vasconcelos de Luna<sup>3</sup>

Preciso começar com alguns esclarecimentos e premissas para tornar minha fala mais circunscrita e, ao mesmo tempo, estabelecer bases comuns de diálogo. O valor de minhas análises, qualquer que seja, certamente dependerá disso.

Em primeiro lugar, preciso afirmar que sou um peixe fora d'água no que diz respeito à educação matemática. As minhas incursões nesta área e em áreas afins foram sempre feitas na qualidade de um psicólogo da educação. Fora disto, a razão de ter aceito o convite para estar aqui, hoje, deve-se ao meu interesse pela Pós-Graduação como área de pesquisa.

Em segundo lugar, quero firmar um ponto importante para subsidiar outros que estabelecerei adiante. De um modo geral, ao referir-me a Pós-Graduação, estarei sempre pensando na Pós-Graduação *strito sensu*, a menos que haja indicação expressa do contrario. Por Pós-Graduação "strito sensu" estou considerando um programa de 4o. grau voltado especificamente para a capacitação de um professor universitário como docente/pesquisador. Reservo para Pós-Graduação *lato sensu* outros objetivos que comentarei posteriormente. Embora tenha tido contato com dados sobre a Pós-Graduação em geral, sobretudo em função da pesquisa da UNESCO sobre a Pós-Graduação na America Latina (Córdova, Gusso e Luna, 1986) e faça referência a dados dessa pesquisa, minha familiaridade maior é com a Pós-Graduação em Educação e em Psicologia.

Feitas estas ressalvas, inicio minha análise.

---

<sup>1</sup> Digitalizado por Anderson Afonso da Silva e Washington Marques, alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro.

<sup>2</sup> Artigo recebido para publicação em novembro de 1991. Texto apresentado no II Encontro Paulista de Educação Matemática, USP.

<sup>3</sup> PUC/SP - IINICAMP - CENPEC

## **I. As diferentes "vocações" da Pós-Graduação**

Uma das primeiras dificuldades de discutir a Pós-Graduação decorre das diferentes tendências impressas pelos programas. Convivem dentro dela, só na área de Educação, programas cuja tônica vai da formação básica de pesquisadores até à preparação de profissionais para assumirem a administração, passando por programas cujo privilégio recai sobre a melhoria do nível de professores de 1o. e 2o. graus. Estas diferenças exprimem expectativas diferenciadas da demanda pela Pós-Graduação. Assim, independentemente do que venha a fazer profissionalmente, um aluno que busca um programa ou outro dispõe-se a uma formação compatível (por exemplo, voltada para o desenvolvimento de pesquisa ou para a melhoria de seu trabalho profissional).

Diferenças semelhantes podem ser observadas em relação a outros aspectos. As áreas na Pós-Graduação vão assumindo uma configuração determinada pelo objetivo temático do Programa. Assim, a área de concentração dos programas acaba determinando, em grande parte, a configuração do corpo discente, pelo tipo de profissional (ou futuro profissional) que os procuram. Mais uma vez, tais diferenças imprimem características marcantes aos programas, na medida em que não é difícil demonstrar que o peso que a demanda exerce sobre os programas é maior do que se poderia supor ou desejar.

## **II. Os objetivos afirmados para a Pós-Graduação *sirito***

*sensu*

Com uma tal variabilidade "vocacional" seria esperável uma variabilidade de objetivos. Alguns programas poderiam estar privilegiando a formação do profissional de alto nível para a atuação, por exemplo, em órgãos e instituições ligadas ao ensino e em educação em geral, enquanto, para outros, a ênfase poderia recair sobre a pesquisa propriamente dita e docência no ensino superior.

Algumas características verificadas entre a população de cursos de Pós-Graduação tornam razoável esperar essa diversidade de objetivos. Em primeiro lugar, apesar de haver flutuação entre instituições, a porcentagem de mestrados não-docentes do ensino superior é relativamente alta, considerando-se os objetivos da Pós-Graduação *sirito sensu*. Em pesquisas realizadas por mim em 1983 (5 programas de Psicologia

Educacional), em duas instituições diferentes, as porcentagens de alunos docentes estavam abaixo de 50%.

Estas informações não permitem estabelecer claramente que ensino e pesquisa sejam motivações centrais dos profissionais que buscam a Pós-Graduação. Este ponto será retomado adiante.<sup>4</sup>

Em segundo lugar, ha uma diversidade de dados indicando que a produção científica de egressos de mestrados e de doutorados é quase inexistente (Cf., por exemplo, Botomé, Matos e Della Coleta, 1986, no caso específico da Psicologia, e Castro, 1981 na área de Educação que inclui egressos de programas de Pós-Graduação em Psicologia da Educação). Supor que estes profissionais buscaram a Pós-Graduação com a intenção de receberem treinamento em pesquisa implica supor que:

- a) a Pós-Graduação os desestimulou,
- b) a Pós-Graduação não os treinou suficientemente bem nessa atividade,
- c) e/ou que as condições que encontraram fora dela não permitiram o desenvolvimento da produção de conhecimento.

Por mais que eu concorde com as análises críticas sobre as condições contratuais das Universidades brasileiras, sobram dados e argumentos indicativos de que elas não são impeditivas da pesquisa.

Independentemente da eficiência e eficácia da Pós-Graduação na formação de pesquisadores, o volume de produção científica de egressos precisa ser analisado, levando-se em conta as razões pelas quais a Pós-Graduação esta sendo procurada.

Finalmente, considerem-se dois conjuntos de dados sobre a Pós-Graduação *brasileira* que apareceram no III Plano Nacional de Pós-Graduação (CAPES, 1986):

	<b>1975</b>	<b>1985</b>
<b>titulados</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>
<b>evadidos</b>	<b>50%</b>	<b>45%</b>

Os dados comparativos entre os anos indicam que após 10 anos a porcentagem

<sup>4</sup> A CAPES mostrou que para o geral da Pós-Graduação no Brasil em 1981, 1982 e 1983, as porcentagens de alunos não-docentes estavam acima de 80% com tendência crescente.

de alunos titulados permanecia incrivelmente baixa e imutável. No que diz respeito aos evadidos, a situação era, em 1985, praticamente a mesma que em 1975. Por mais que se deva supor a interferência de fatores de diferentes ordens impedindo alunos de prosseguir na formação pós-graduada, parece inevitável a admissão de que um grande contingente de alunos não pretendia mesmo chegar à titulação quando ingressou na Pós-Graduação, o que sugere a existência de objetivos que não aqueles oficialmente estabelecidos para ela.

Se estiverem corretas as interpretações que foram sendo oferecidas para os dados apresentados, é possível supor que ao longo do tempo os objetivos da Pós-Graduação, conforme concebidos originalmente, foram sendo alterados, talvez em virtude das características da demanda. No entanto, se isto ocorreu de fato, não parece ter havido reconhecimento formal da mudança. No caso específico da Psicologia, há uma demonstração clara disso. Em 1986, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia — ANPEPP — enviou um questionário aos programas a ela filiados. O relatório-síntese continha a análise das respostas de cinco programas com características bastante diferentes, todos considerados como cursos de Pós-Graduação *sirito sensu*. No que diz respeito aos objetivos da Pós-Graduação, um único programa admitiu a possibilidade de a Pós-Graduação formar docentes-pesquisadores, docentes não-pesquisadores e pesquisadores não-docentes. Todos os demais julgavam indispensável a formação do docente-pesquisador nos cursos de Pós-Graduação *sirito sensu*.

Ora, mantidas estas características da Pós-Graduação *sirito sensu*, é necessário explicar o número de não-docentes do ensino superior admitidos na Pós-Graduação e a quase ausência de produção científica dos egressos. No que diz respeito ao primeiro aspecto, há uma hipótese explicativa plausível: a demanda pela Pós-Graduação busca capacitação para poder *ingressar* no magistério ou para manter-se nele, o que explicaria a alta porcentagem de não-docentes. Em outras palavras, ao admitir não-docentes, os programas estariam investindo no futuro professor. Esta hipótese, contudo, esbarra naquilo que se transformou, para mim, em um verdadeiro paradoxo: o descuido da Pós-Graduação com a capacitação docente, um dos seus objetivos centrais. Não sei o que se tinha em mente quando este objetivo foi proposto, mas poucos objetivos tem recebido tão pouca atenção quanto este.

Entrevistando os professores de cinco programas de Pós-Graduação em Psicologia (Luna, 1983), eu os descobri bastante reticentes quanto ao sucesso da Pós-Graduação na formação de pesquisadores, mas absolutamente convictos de que nada estava sendo feito especificamente para capacitar docentes. A julgar pelas respostas dadas, o mais perto que chegamos desse objetivo é esperar uma reciclagem de conteúdo, possivelmente na suposição de que quem conhece conteúdo é bom professor. Portanto, a admissão de que a Pós-Graduação esteja investindo no futuro professor depende da compreensão do que se está entendendo por um bom professor e, sobretudo, dos procedimentos que porventura possam estar sendo empregados para tal fim.

### **III. O discurso e a realidade da Pós-Graduação**

As análises até aqui relatadas sugerem, no mínimo, uma discrepância entre o que vem sendo afirmado sobre a Pós-Graduação e o que evidencia uma leitura atenta da realidade. O retrato atual da Pós-Graduação não é recente e revela-se ambíguo. De um lado, temos uma literatura vasta em críticas, participamos de um número de reuniões e encontros onde analisamos velhos problemas e nos queixamos dos resultados da Pós-Graduação como se ninguém tivesse culpa de nada. De outro lado, constata-se a manutenção do discurso oficial sobre a Pós-Graduação com os mesmos objetivos.

Afirmamos e demonstramos que a graduação libera um aluno com sérias deficiências na sua formação, mas

- não conseguimos um procedimento de seleção compatível com os objetivos,
- não assumimos recuperar as deficiências da graduação,
- nem ousamos barrar o aluno que se mostra sem condições de cursar a Pós-Graduação.

Oscilamos entre reafirmar os objetivos da Pós-Graduação "stricto sensu" e acusá-la de elitista por manter tais objetivos num país como o Brasil.

O estado atual da Pós-Graduação não é casual nem reflete mera incompetência da Universidade para atingir os objetivos propostos. Da mesma forma, a defasagem entre o discurso sobre a Pós-Graduação e a realidade do dia-a-dia que enfrentamos não significa que não sejamos capazes de análise e de coerência. O que está ocorrendo é um

cruzamento desordenado de meios e fins, numa triste alocação de habilidades e competências em atividades, cujos objetivos contrariam suas vocações e preferências. Temos sérios problemas a enfrentar, um conjunto de pessoas competentes para estudá-los e propor soluções, e instituições com diferentes "espaços" destinados ao enfrentamento desses problemas. O cruzamento desordenado a que me referi caracteriza-se pela combinação inadequada desses elementos. Dou alguns exemplos.

1. Não é segredo que a graduação vem preparando deficientemente os profissionais nas várias áreas. Alguns órgãos de categorias profissionais, tais como a OAB, de há muito só credenciam seus profissionais após exames internos. A pergunta a fazer é por que a Pós-Graduação *sirito sensu* deveria ser responsável pela *correção* das deficiências de formação de graduação?

Indiscutivelmente, professores da Pós-Graduação são também professores da graduação (embora isto esteja mudando) e, portanto, responsáveis pela formação profissional por esta conferida. Igualmente, a associação Pós-Graduação-Graduação, dentro dos Departamentos, poderia (deveria) criar condições propícias a análise e discussão recíprocas de dificuldades. Finalmente, a competência em pesquisa dos professores da Pós-Graduação, aliada ao maior volume de recursos em geral destinados a este nível de ensino, poderia ser colocada a serviço da graduação, transformando-a em tema de pesquisa.

A despeito da verdade destas afirmações, permanece o fato de a Pós-Graduação *sirito sensu* não ser o espaço para corrigir as distorções da graduação, sob pena de desvirtuamento de seus objetivos. Há alguns anos, Simon Schwartzman lembrava que o Brasil tinha o hábito de criar instituições paralelas, subindo de nível, quando uma existente se mostrava inadequada. No nosso caso, o mestrado representaria o nível superior destinado a curar as mazelas da graduação. Neste passo, logo o doutorado estará sendo destinado a atingir objetivos do mestrado.

2. Independentemente de a quem compete resolver os problemas de formação da graduação, a realidade mostra um quadro de profissionais *já formados* que precisam/quêrem consolidar sua formação como meio de garantir uma atuação minimamente competente. Frequentemente, tudo o que estes profissionais precisam é de cursos que preencham suas lacunas e/ou reciclem seus conhecimentos e habilidades.

Isto é bastante comum em outras áreas, mesmo naquelas em que a formação não é tão deficitária, mas cujo desenvolvimento tecnológico é rápido.

Mais uma vez, estamos diante de um problema relevante para o qual não deveríamos poder fechar os olhos. Mas, novamente, por que ele deveria ser assumido pela Pós-Graduação *stricto sensu*? fazê-lo constitui uma injustiça com todos os envolvidos nela:

- com o aluno que busca reciclagem, pela imposição de uma atividade de pesquisa que ele não quer, de que não precisa e que não tem condições de desenvolver;
- com o aluno que busca uma formação em pesquisa, pela sua submissão a um currículo livresco e oral, em detrimento de sua participação em atividades de pesquisa;
- com o professor/pesquisador, porque precisa investir tempo e esforço em um trabalho que não constituirá o batismo do pesquisador, mas que represente apenas um "trabalho de conclusão de curso";
- com o professor não-pesquisador, porque esta desperdiçando talento (seu e do aluno que pretende formação em pesquisa), em atividades que contrariam suas preferências.

Nas condições atuais, a maioria dos problemas aqui apontados tem pouca possibilidade de solução, apesar de, como já reiterado aqui, ser de conhecimento geral. A Pós-Graduação *lato sensu* é, efetivamente, uma solução para muitos deles. Mas dificilmente poderá demonstrar sua eficácia como solução enquanto perdurar a noção de que ela representa um barateamento do ensino de Pós-Graduação (o que, de fato, é se for ministrada à guisa de Pós-Graduação *stricto sensu*!). Nas condições atuais é pouco provável que um curso *lato sensu* tenha força, se seu "status" não atrair professores não-pesquisadores e profissionais, buscando aperfeiçoamento e reciclagem, enquanto não houver verbas e bolsas em número suficiente para permitir seu desenvolvimento em um nível satisfatório.

#### **IV. Prestação de serviços e produção de conhecimento**

Antes de me posicionar mais prospectivamente em relação ao nosso tema, permitam-me estabelecer uma distinção que me tem preocupado particularmente em

relação à Pós-Graduação: a distinção entre o pesquisar — enquanto produção de conhecimento novo, fidedigno e relevante teórica e socialmente — e a prestação de serviços enquanto absorção crítica, criativa e tecnicamente correta desse conhecimento. Parece-me ocioso defender a necessidade destes dois tipos de atividade para a sociedade, bem como a importância da troca constante entre elas. Que teoria e prática seriam beneficiadas se todos pudessem desenvolver ambas as atividades ao mesmo tempo, com igual competência, e também um truísmo. O que aparentemente não é tão óbvio é que nem todos querem fazer isso e que, nas condições de trabalho deste país, poucos podem fazer isso.

Por outro lado, ambas as habilitações são de competência da Universidade, seja porque lhe compete formar tanto pesquisadores quanto profissionais não pesquisadores, seja porque lhe cabe parcela de responsabilidade sobre a manutenção do nível de qualidade de profissionais por ela formados (ver, a este respeito, a excelente discussão desenvolvida por Régis, 1990). Deve estar clara, a esta altura, minha posição a respeito desta situação de fato: pelo menos na região sul-sudeste, onde se concentram inúmeros cursos, a Pós-Graduação *stricto sensu* deve dedicar-se à formação de docentes-pesquisadores, enquanto a Pós-Graduação *lato sensu* caberia o aperfeiçoamento, a reciclagem ou mesmo a formação de profissionais, com todo o respeito, seriedade e consideração que esta atividade merece.

Antes de encerrar, permitam-me comentar três aspectos referentes à formação/aperfeiçoamento de professores, na medida em que, a meu ver, constituem entraves a condução eficiente de uma Pós-Graduação *lato sensu* com os objetivos aqui propostos.

1. Parece-me inevitável uma reconsideração urgente das funções de professor, especialmente de 1o. e 2o. graus. O discurso técnico da Universidade sobre o seu desempenho evidencia que se espera dele mais do que seria possível esperar de alguém com tal formação e atribuições. Há alguns anos, houve uma coincidência de dois encontros diferentes na mesma semana: um encontro multidisciplinar sobre alfabetização, e outro de ensino de Matemática. A fala dos "experts", no conjunto, lamentava que o professor de 1o. grau desconhecesse coisas com o



sentido da linguagem oral e escrita, semiótica, as falas regionais e dialetos, uma leitura correta de o Capital, as teorias sócio-interacionistas e construtivistas mais os desenvolvimentos ocorridos no campo da Matemática. Curiosamente, cada um de nós se especializa constantemente por não ser capaz de dar conta do volume de produção dentro de um único campo.

2. Cada vez mais nos damos conta de que alunos detêm concepções prévias ao ensino formal e que elas precisam ser entendidas e consideradas no contexto do ensino. No entanto, parecemos nos esquecer, ao formarmos professores, que eles também detêm concepções sobre o que seja ensinar, sobre os esquemas conceituais de seus alunos e, sobretudo, sobre o próprio conteúdo a ser ensinado.

3. Eu afirmei anteriormente que a prestação de serviços se caracteriza, para mim, pela absorção crítica, criativa e tecnicamente correta do conhecimento produtivo. Parece haver consenso de que o conhecimento é perecível à medida que mudam perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas. Se estes dois conjuntos de afirmações forem verdadeiros, a Pós-Graduação em geral, mais especificamente a Pós-Graduação *latu sensu*, precisará aprender a transformar o ensino de conteúdo em ensino de grandes princípios de ensino. Acredito que só com isto conseguiremos torná-la mais eficiente e eficaz.

### **Referências bibliográficas**

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. (1986). **Relatório sobre avaliação da Pós-Graduação em Psicologia.**

BOTOMÉ, S.P., Matos, MA. E Delia Coleta, J.A. (1986). **Contribuições para a definição de uma política científica nacional em Psicologia.** Mimeo.

CASTRO, C. L.M. de. Mestres — e daí? (1981) **Fórum educacional.** 5(4): 17-40.

CORDOVA, R.A.; GUSSO, D.A.; LUNA, S.V. de. (1986). **A Pós-Graduação na América Latina: o caso brasileiro.** Brasília: MEC/CAPES, UNESCO/CRESALC.

Ministério da Educação e Cultura, CAPES. (1986-1989). **III plano nacional de Pós-Graduação.** Brasília.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. (1983). **Análise de dificuldades na elaboração de teses e de dissertações a partir da identificação de prováveis contingências que controlam essa atividade.** Tese de doutoramento. Instituto de Psicologia, USP.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. (1985). **A Pós-Graduação na Faculdade de Educação da UNICAMP.** Relatório interno de pesquisa.